

Inovação social e desenvolvimento local sustentável: estudo de caso de uma cooperativa multisectorial

Andreia Caeiro

Mestre em Políticas Públicas e Projetos pela Universidade de Évora
Assistente Social no Centro de Reabilitação Profissional de Gaia
andrea.caeiro@gmail.com

Conceição Rego

Departamento de Economia e CEFAGE-U.É., Universidade de Évora
Doutora em Economia
Professora Auxiliar com Nomeação Definitiva
mcpr@uevora.pt

Resumo Este estudo visa explorar a relação entre os conceitos de inovação social, com enfoque na abordagem territorial, e de desenvolvimento local sustentável, com vista a perceber de que forma as iniciativas de inovação social podem promover e/ou limitar o desenvolvimento local sustentável. Estes conceitos têm em comum a reflexão crítica sobre os desafios impostos por modelos de desenvolvimento hegemónicos e a procura de respostas alternativas centradas nos recursos endógenos e na ação da sociedade civil. O estudo de caso desenvolvido para o efeito, através de uma abordagem compreensiva que privilegiou a análise qualitativa de tipo exploratória e descritiva, tomou como objeto a Cooperativa Integral Minga, organização da sociedade civil sediada num território de baixa densidade, Montemor-o-Novo. Esta cooperativa centra a sua ação na produção e consumo local e advoga princípios associados à economia solidária, decrescimento e práticas sustentáveis. A análise desenvolvida revelou que esta organização contribui para o desenvolvimento local sustentável através do estímulo à economia local, constituição de redes e promoção da consciência crítica. Contudo, o seu impacto revelou-se limitado pelo baixo envolvimento comunitário, o qual está relacionado, por um lado com as características da população local e, por outro lado, com a gestão da Cooperativa.

Palavras-Chave: inovação social; desenvolvimento local sustentável; sociedade civil.

Abstract This paper discusses the concepts of social innovation, with a focus on the territorial approach, and sustainable local development. Both share a critical reflection on the challenges posed by hegemonic development models and the search for alternative responses centered on endogenous resources and on the action of civil society. The case study developed, through a comprehensive approach that privileged exploratory and descriptive qualitative analysis, took as its object Cooperativa Integral Minga, a civil society organization based in a low-density territory, Montemor-o-Novo. The research carried out aimed to explore the relationship between the two concepts, namely, to understand how social innovation initiatives can promote and/or limit sustainable local development. For such, bibliographical research was carried out to list influence dimensions among the studied variables, which were later analyzed through a case study. The Integral Minga Cooperative, a civil society organization based in a low-density territory, Montemor-o-Novo, focuses its action on local production and consumption and advocates principles associated with solidary economy, degrowth and sustainable practices. Among the main conclusions, it is drawn that the organization contributes to sustainable local development by stimulating the local economy, building networks and promoting critical awareness, however its impact proved to be limited by low community involvement, which is related with the characteristics of the local population and the management of the Cooperative.

Keywords: social innovation; sustainable local development; civil society.

Introdução

A inevitabilidade de um Mundo globalizado, em que alguns ganham e muitos perdem, provocou questionamentos ao que durante décadas foi concebido como desenvolvimento, a partir de uma visão ocidental e desde o hemisfério norte. Continuando a ser um conceito discutido e discutível, é hoje aceite que o desenvolvimento não pode ser sinónimo de crescimento económico, face às desigualdades sociais e aos danos ambientais criados por esta conceção. Surgem assim novas abordagens, que, entre outras, encontram na sustentabilidade e no local respostas alternativas possíveis, pese embora as dificuldades com que se possam deparar na sua aplicação prática.

É hoje evidente a necessidade de criar novas respostas, que atendam às especificidades de cada contexto, de maneira que os territórios se tornem mais resilientes aos fatores de exclusão, sendo em todo o caso vital o fortalecimento da identidade cultural e das relações sociais para que práticas e políticas *place-based* se construam.

Fundamenta-se deste modo a importância da promoção de iniciativas de inovação social (IIS), de base territorial e com carácter transformador, cujas propostas de resolução de problemas e minimização de necessidades devem passar pela criação ou transformação das relações sociais existentes e pela capacitação dos indivíduos e comunidades, fatores fundamentais para o alcance do desenvolvimento local sustentável.

Como tal, a investigação empreendida procurou compreender de que forma a inovação social (IS) e o desenvolvimento local sustentável (DLS) se relacionam. Longe de serem tão-só conceitos teóricos, tanto um como o outro abordam e discutem práticas e estratégias que tornem os territórios mais resilientes e as suas comunidades mais capacitadas, vincando a importância da participação ativa, do capital social, das redes sociais, e dos recursos endógenos, sendo-lhes transversal também o paradigma da sustentabilidade, que acarreta, no entanto, muitas

dúvidas quanto à forma como se poderá atingir essa sustentabilidade.

Face à natureza e objetivos da investigação desenvolvida, a IS será discutida enquanto processo e na perspetiva da abordagem territorial. Enquanto processo localizado, procurar-se-á perceber qual a relação da IS com o DLS. Concretamente, espera-se compreender de que forma a IS poderá promover ou restringir esse modelo de desenvolvimento, que vislumbra no local respostas aos desafios globais e nacionais impostos.

Reconhecendo a importância da sociedade civil na dinamização dos territórios, foi dado protagonismo a uma cooperativa multisectorial, a Cooperativa Integral Minga CRL., sediada num território rural de baixa densidade, o concelho de Montemor-o-Novo. A Cooperativa Minga abrange quatro ramos do sector cooperativo – agrícola, comercialização, habitação e construção e serviços – tendo, portanto, um foco socioeconómico dirigido às questões do trabalho e da habitação e cuja ação é centrada na promoção de modelos de produção e consumo sustentáveis. A cultura organizacional da Minga tem como pilares os princípios vinculados não só à sustentabilidade mas também à filosofia do decrescimento, da economia solidária e da economia local, pois procura promover práticas que passam pela valorização e utilização de recursos endógenos e de baixo impacto ambiental, pelo consumo de produtos locais e sazonais, pelo encurtar de distâncias entre produtores e consumidores, e pela promoção do autoemprego através de relações de *entreaajuda*. A Minga procura também ser um espaço de debate e reflexão acerca da sociedade de consumo e assume-se como uma cooperativa integral, ou seja, procura apoiar atividades relacionadas com as áreas necessárias ao viver numa perspetiva de complementaridade entre pessoas e projetos e de consciencialização de estilos de vida mais responsáveis em prol do bem-estar comum. No estudo desenvolvido foi adotada uma metodologia de estudo de caso enquadrado numa abordagem compreensiva que privilegiou a análise qualitativa de tipo exploratória e descritiva. A partir daqui este texto organiza-se da seguinte forma: de seguida, apresenta-se o enquadramento teórico subjacente ao estudo; na

secção dois destaca-se a metodologia, procedendo à caracterização do objeto de estudo, dos instrumentos de recolha de dados empíricos bem como dos métodos de análise dos dados recolhidos; a secção três apresenta os resultados obtidos com o inquérito por questionário bem como através das entrevistas realizadas, e a secção quatro procede à discussão dos resultados alcançados. O texto termina com algumas notas conclusivas.

1. Enquadramento teórico

1.1. A inovação social na perspetiva do desenvolvimento territorial

Pese embora as diferentes abordagens e ideologias acerca do papel, processo e finalidade(s) da IS, o consenso entre decisores políticos, investigadores e outros atores sociais tem vindo a aumentar quanto à necessidade de se construírem respostas socialmente inovadoras que permitam lidar com os atuais e futuros desafios societais, muito relacionados com a questão da sustentabilidade ambiental, social e económica. Assim, a IS tem vindo a ganhar visibilidade através da implementação de novos projetos, políticas, iniciativas, métodos e teorias, num esforço conjunto de entender as suas implicações e encontrar soluções para velhos e novos problemas.

Enquanto processo multifacetado, a IS objetiva a criação de novas respostas ou a renovação das existentes, opera em múltiplos níveis e em vários campos, pelo que pode ser analisada por diversos ângulos, organismos e momentos (Klein *et al.*, 2012). Na perceção de Agostini *et al.* (2017), as principais tendências teóricas apontam que a participação social de diferentes atores é fundamental para gerar desenvolvimento local, através da aprendizagem e construção coletiva. Esta propensão para estudar as relações entre os diferentes atores, instituições e contexto onde as IIS são desenvolvidas parece ser transversal aos teóricos que se debruçam sobre o campo da IS (*idem*).

Os investigadores desta temática consideram que podem ser consideradas duas grandes vertentes

teóricas na literatura contemporânea sobre IS (Santos e Florbeloni, 2015; Andion *et al.*; 2017; Moulaert *et al.* 2017): (i) uma de carácter adaptativo ao sistema dominante, enquadrada na perspetiva organizacional e da gestão, vinculada sobretudo à literatura anglo-saxónica e muito relacionada com o empreendedorismo social; (ii) outra vertente, que tem um carácter mais disruptivo, enquadra-se na perspetiva da sociologia, ciência política e geografia, é defendida principalmente na literatura francófona (*idem*) e está associada à mobilização coletiva, aos movimentos sociais (contra-hegemónicos) e à crítica do modelo de desenvolvimento assente no neoliberalismo.

Ambas têm em comum o reconhecimento de que é necessário a hibridação e permeabilidade entre Estado, mercado e sociedade civil e suas organizações, embora depois possam entrar em desacordo quanto à relação estabelecida entre tais esferas e o papel que cada uma ocupa.

Essas duas vertentes teóricas, ancoradas em diferentes ciências sociais, assumem uma multiplicidade de termos consoante os autores que as abordam. Andion *et al.* (2017) denominam a abordagem associada à literatura anglo-saxónica de neo-shumpeteriana e a abordagem francófona de institucional ou de regulação. Moulaert *et al.* (2017) preferem denominar a primeira de pratico-organizacional e a segunda de abordagem de desenvolvimento territorial. Já Gordon Shockley (2005, cit. Moulaert *et al.*, 2017) diferencia entre “estudos de empreendedorismo anglo-americanos” e “economias sociais Euro-canadianas”, e Montgomery (2016, cit. Monteiro, 2019) usa os termos “paradigma tecnocrático” e “paradigma democrático”.

A perspetiva do desenvolvimento territorial entende que a IS pode ser vista como “um instrumento para politizar os espaços que os neoliberais tenderam a despolitizar, num desafio à distribuição vertical do poder na sociedade e sua substituição por alternativas horizontais promotoras da verdadeira participação comunitária.” (Monteiro, 2019, p. 6). Nesta perspetiva, a IS é vista como uma reação ideológica contra a visão economicista e tecnológica do atual

modelo de desenvolvimento, tendo por isso uma forte significância político-ideológica, que defende a construção de novos sistemas de governança e a modificação de padrões culturais e institucionais existentes, através de movimentos ascendentes desde a base da sociedade civil e suas organizações. Desta forma, a colaboração, participação, capacitação e mobilização para a ação coletiva, surgem como peças-chave para alcançar a mudança e a transformação societal.

Esta abordagem da IS tem vindo a ser amadurecida por um conjunto de autores, ligados a contextos científicos e práticos, que se debruçam sobre as questões do desenvolvimento local, economia social e solidária, economia plural e novas formas de exercer democracia (Monteiro, 2019), pois existe uma identificação com os princípios subjacentes aos modelos de desenvolvimento *bottom-up* e *place-based*.

Bouchard e Lévesque (2010, cit. Monteiro, 2019) exemplificam algumas inovações sociais vinculadas à abordagem do desenvolvimento territorial, nomeadamente no domínio das (i) relações de produção - envolvimento e participação dos trabalhadores, novas formas de organização do trabalho e criação de empresas autogestionárias; (ii) nas relações de consumo - envolvimento e participação dos usuários, consumo responsável e coprodução de serviços, programas e regras e do consumo; (iii) e na configuração espacial das relações - desenvolvimento económico comunitário e novas formas de governança.

De referir também, dentro deste espectro, o *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales* (CRISES), que desenvolve a sua investigação focando três eixos complementares da IS, nomeadamente (i) o território, em que é analisado o papel dos atores sociais a nível local; (ii) a qualidade de vida, tendo em conta diferentes sectores de influência (saúde, trabalho, rendimento, habitação, educação e segurança); (iii) e o trabalho e emprego, incidindo sobre questões organizacionais e institucionais (CRISES, 2010, cit. Bignetti, 2011).

Desta forma, a abordagem territorial associa a IS não só à emergência de novos serviços mas também à remodelação dos lugares (Comeau, 2004, cit. André *et al.*, 2009) e à importância dos processos, visto que as principais dimensões consideradas na IS são processos – processo de inclusão social e processo de capacitação e participação (André e Abreu, 2006).

De acordo com Moulaert *et al.* (2013) a principal tarefa da IS é ajudar a definir os tipos de ação coletiva e a transformação social requerida para responder apropriadamente a situações de exclusão, necessidades e desejo de melhoria da condição humana. Assim, Moulaert *et al.* (2017) censuram que hoje exista uma maior preocupação em resolver problemas sociais imediatos e não tanto em transformar as relações sociais e promover a capacitação e participação nas tomadas de decisão. Visto que a capacitação da população local é fundamental para um sistema de governança democrático e para a interligação dos vários sectores locais, deve por isso ser fomentada através de uma efetiva participação, por via de procedimentos de consulta e tomada de decisão conjunta (Moulaert, 2009).

1.2. Desenvolvimento local sustentável

Os atuais desafios mundiais vão para além da opressão de identidades e culturas locais e atingem a disponibilização de recursos, a justiça social, a conservação ambiental e estabilidade climática, ameaçando assim a espécie humana. Por esse motivo, as estratégias de desenvolvimento local têm contemplado, de uma forma ou de outra, as premissas da sustentabilidade (Buarque, 1999), conduzindo alguns autores (Buarque, 1999; Andion, 2003; Bittencourt, 2014) ao conceito de desenvolvimento local sustentável (DLS).

Buarque (1994, cit. Buarque, 1999, p. 31) define DLS como “processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência económicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro

compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações”. Para este autor, o desenvolvimento local só pode ser consistente e sustentável se aliar as dimensões social, económica e ambiental, o que implica limitar a estrutura produtiva e o padrão de consumo à capacidade de recuperação e regeneração da natureza, visto que os problemas ambientais, hoje largamente debatidos, decorrem da relação da economia e da sociedade com a natureza, a qual é definida pelo estilo de desenvolvimento.

De acordo com Bodnar *et al.* (2016), a sustentabilidade é um conceito naturalmente inacabado e complexo, que deve ser ajustado ao seu contexto e, na sua essência, corresponde a um ideal e a um posicionamento ético, dependendo por isso das interpretações que lhe forem dadas. Por conseguinte, as visões de sustentabilidade estão relacionadas com os processos de transformação da sociedade e evolução das teorias socioeconómicas (Mendes, 2009).

A este respeito, Nascimento (2012) alega que a sustentabilidade, enquanto conceito multidimensional, tem vindo a ser constituída como um campo de forças interdisciplinar que abarca distintos agentes (desde cientistas a pequenos agricultores), e no qual podem ser distinguidas três correntes de pensamento quanto à fórmula de alcançar a sustentabilidade: i) por via da inovação tecnológica, impulsionada pela escassez de recursos, e com uma visão próxima do modelo convencional de desenvolvimento, crente no progresso; ii) por meio do decrescimento, o que implica um novo estilo de vida e a adoção de diferentes valores, tendo esta conceção um cunho mais radical, no sentido em que procura a rutura com o modelo vigente; iii) e, num meio-termo, através do desenvolvimento sustentável, sendo este o paradigma dominante mas pouco consensual.

Assim, a sustentabilidade por via do desenvolvimento tecnológico coloca a tecnologia como alicerce; o decrescimento dá ênfase à sociedade civil, pois as alterações cognitivas e comportamentais levariam a transformações no modelo de consumo e processos de produção; e o desenvolvimento sustentável recai sobre a ação do Estado e coloca nas políticas públicas

o incentivo para a mudança, vindo nos acordos internacionais, medidas de incentivo, regulação e fiscalização uma forma eficaz de provocar as alterações necessárias, não sendo portanto surpreendente que esta corrente tenha vindo a ganhar a disputa no campo da sustentabilidade (Nascimento, 2012). Desta forma, o desenvolvimento sustentável adquire uma lógica *top-down*, enquanto o decrescimento favorece mais os modelos *bottom-up*.

Cechin (2012), defende que o desenvolvimento sustentável tem uma conotação sobretudo política, que aceita a compatibilidade do crescimento económico e do progresso tecnológico com a conservação ambiental. Esta ideia é pesadamente criticada pelo decrescimento, movimento que, tal como o nome indica, defende o decrescimento planeado da produção e do consumo como sendo a única forma de garantir a sustentabilidade ambiental, ainda que se reconheça que esse recuar não pode ser encetado por todos os países nem por todas as atividades ou por todas as pessoas de igual forma, face às desigualdades e necessidades existentes (Cechin, 2012). Para os defensores do decrescimento, o desenvolvimento sustentável não é mais do que camuflar a crença no crescimento económico.

1.3. Desenvolvimento local sustentável por via da inovação Social

Na perceção de Buarque (1999, p.10), “o desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto”. Assim, embora sofra determinações externas, é também o espaço de criações e novas soluções (Ferrarini, 2012), a partir dos cidadãos locais e através dos recursos endógenos.

Na perspetiva de Klein *et al.* (1998), as dinâmicas sociais e culturais são essenciais nos processos de reconversão das “regiões que perdem” com as dinâmicas macroeconómicas associadas à globalização. Os estudos destes autores, sobre o desenvolvimento local no Quebec através de processos de IS, por exemplo, demonstraram que a

consciência territorial dos atores socioeconômicos é fundamental, já que o sentimento de pertença geográfica se sobrepõe às diferenças de classe, gerando dinâmicas nos vários espectros da comunidade (sociais, políticos, culturais, econômicos, entre outros) (Becattini e Rullani, 1995, cit. Klein *et al.*, 1998).

Nesse sentido, a reação das coletividades locais deve ser analisada à luz das novas teorias do desenvolvimento, as quais são centradas na importância do meio e na forma como os atores sociais, dinâmicos e inovadores, contribuem para a sua estruturação (Vachon, 1993; Tremblay e Fontan, 1994, citados por Klein *et al.*, 1998).

A essa vitalidade dos atores, Klein *et al.* (1998) denominaram de capital socioterritorial, que seria no fundo o conjunto de recursos humanos e institucionais mobilizados pela comunidade, de forma a promover o desenvolvimento local e bem-estar populacional. Esses recursos seriam (Klein *et al.*, 1998, p. 658):

- “Valores compatíveis, ainda que não necessariamente homogêneos;
- Instituições locais eficazes e adaptadas aos interesses da população local;
- Instâncias de negociação dos conflitos sociais a uma escala local;
- Convenções sólidas e bem enraizadas entre os atores sociais e as instituições;
- Um meio associativo ativo e vigoroso;
- Uma percepção positiva da comunidade local e da pertença a essa;
- Difusão da informação;
- Instituições financeiras ancoradas no meio”.

Contudo, os autores explicam que a ativação do capital socioterritorial é dependente da identidade coletiva e da consciência territorial, as quais se constroem socialmente e resultam das ações coletivas e da mobilização, e não da história ou tradição. A este respeito Klein *et al.* (1998) defendem que a mobilização surge como reação às situações não desejadas, enquanto as ações coletivas são a resposta

aos problemas que, através do estabelecimento de vínculos sociais, proporcionam uma identidade coletiva, gerando assim coesão social.

Coimbra Ribeiro *et al.* (2015, p. 131) argumentam que “essa identidade [coletiva] vem sendo construída por meio do reconhecimento dos distintos interesses e pelo conflito e negociação entre eles. É esse embate que possibilita a construção de objetivos comuns”. Esta ideia é também defendida por Schmitt e Neto (2011), os quais acrescentam que a gestão de diferentes perspectivas potencia a abrangência de soluções e a convergência de interesses, atendendo assim às especificidades locais.

Tais perspectivas elucidam acerca da importância de se construir o local a partir da interação e do envolvimento dos diferentes atores que o constituem, mas também por via da articulação entre diferentes comunidades (rural e urbano) (Coimbra Ribeiro *et al.*, 2015). Estes fluxos, tendo por base o diálogo e a partilha, favorecem a construção/transformação das relações sociais e institucionais, que ajudam a “pensar e colocar em prática soluções inovadoras que promovam novos estilos de desenvolvimento, socialmente mais incluídos e sustentáveis” (Ribeiro *et al.* 2015, p. 122).

Também Bittencourt e Ranconi (2016) defendem essa ideia no seu estudo sobre o Programa “Bolsa de Terras”, onde destacam a importância de práticas sociais inovadoras para um desenvolvimento sustentável, geradas a partir de modelos de governança territorial e movimentos *bottom-up*.

Estas concepções permitem compreender que que a IS e o DLS têm diversos elementos em comum, sendo que o epicentro de ambos reside na ação e mobilização da sociedade civil, constituída pela pluralidade de atores locais.

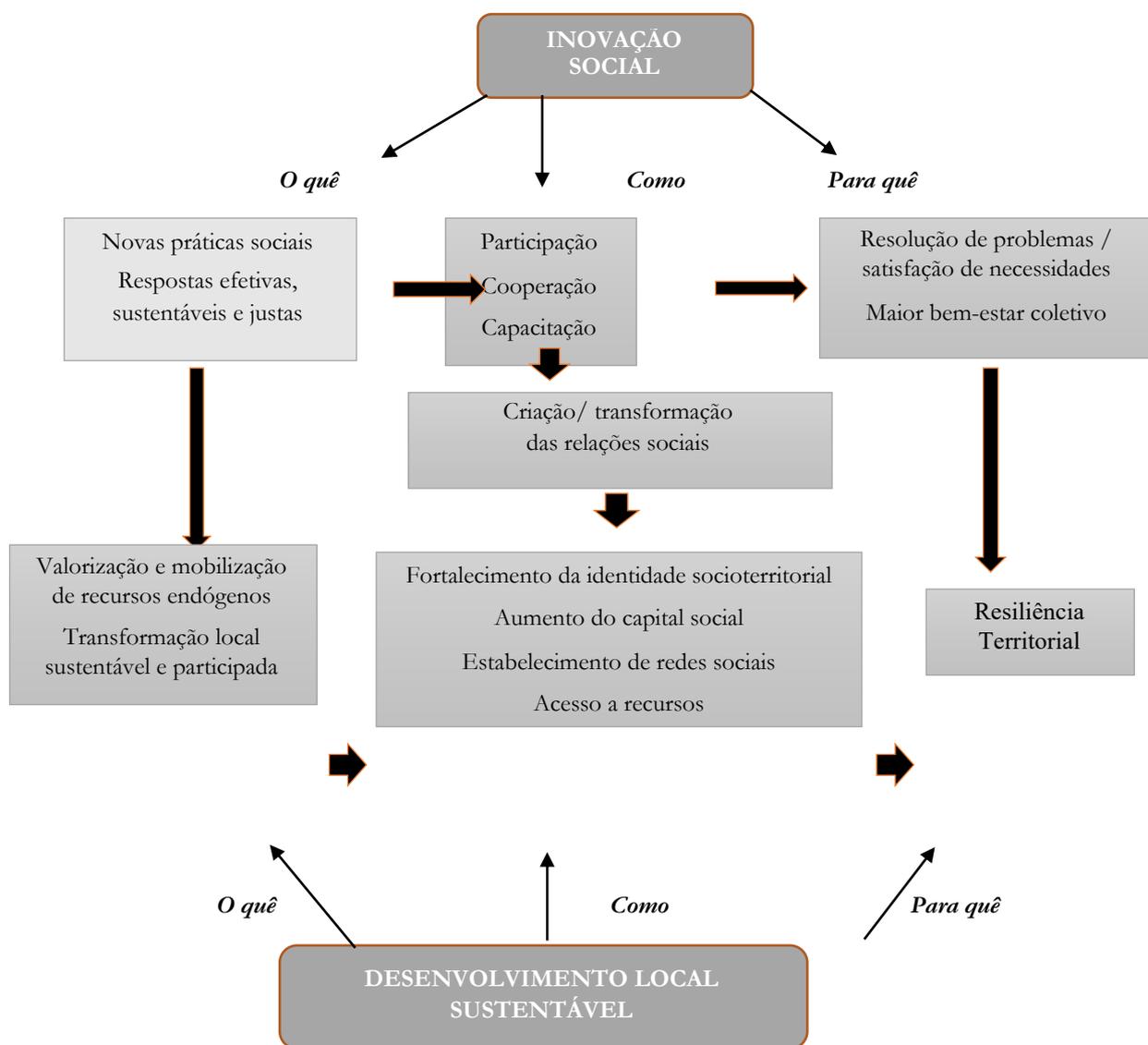
A IS assume um papel cada vez mais importante na constituição de respostas sustentáveis, que liguem as componentes social, econômica e ambiental, de forma a gerar soluções locais emancipatórias e justas. Da mesma forma, o DLS procura a resiliência territorial através da valorização e mobilização de recursos endógenos com vista à transformação local

sustentável por via da participação comunitária, encontrando no potencial da IS uma importante estratégia.

Tanto num como noutro conceito, considera-se que a sua riqueza reside no desenvolvimento do processo – processo de cooperação e capacitação, que promove

novas e transformadas relações sociais, as quais, por sua vez, levam ao aumento do capital social, constituição de redes sociais e facilidade no acesso a recursos – capaz de conduzir à resolução de problemas e satisfação de necessidades e, como tal, a um maior bem-estar comunitário e resiliência territorial. Esse processo é ilustrado na figura 1.

Figura 1 - Promoção do desenvolvimento local sustentável por via da inovação social



Fonte: Elaboração Própria

Metodologia

A investigação realizada baseia-se numa abordagem compreensiva, que do ponto de vista sociológico e na perspectiva de Max Weber (1972) implica interpretar a ação social para a explicar causalmente, por análise das suas motivações, procurando desse modo alcançar evidência. E privilegia a análise qualitativa de tipo exploratória e descritiva, visto que pretendeu explorar os conceitos propostos e descrever o fenómeno em estudo, de forma a tirar ilações sobre a relação entre as variáveis a operacionalizar, no sentido de inferir acerca do contributo da organização em análise para o desenvolvimento local sustentável.

Quanto aos procedimentos, optou-se pelo estudo de caso, com enfoque numa organização social – a Cooperativa Integral Minga, CRL – sediada em Montemor-o-Novo, concelho de baixa densidade.

2.1. Caracterização do objeto de estudo de caso

Juridicamente, a Minga está constituída como cooperativa multisectorial, e subdividida em quatro ramos - agrícola, comercialização, habitação e construção e serviços. É, portanto, uma organização de foco socioeconómico dirigido às questões do trabalho e da habitação e cuja ação é centrada na promoção de modelos de produção e consumo sustentáveis.

A sua cultura organizacional tem como pilares os princípios vinculados à sustentabilidade, à filosofia do decrescimento, da economia solidária e da economia local, pois procura promover práticas que passam pela valorização e utilização de recursos endógenos e de baixo impacto ambiental; consumo de produtos locais e sazonais; encurtar de distâncias entre produtores e consumidores; e pela promoção do autoemprego através de relações de entreajuda.

A Minga procura também ser um espaço de debate e reflexão acerca da sociedade de consumo e assume-se como uma cooperativa integral, ou seja, procura apoiar atividades relacionadas com as áreas necessárias ao viver numa perspetiva de

complementaridade entre pessoas e projetos e de consciencialização de estilos de vida mais responsáveis em prol do bem-estar comum.

Relativamente aos associados, a Minga criou duas figuras distintas – os sócios efetivos (SE) e os sócios colaboradores (SC). Os primeiros são efetivamente cooperadores, ou seja, pagaram títulos de capital, e podem eleger e ser eleitos para os órgãos sociais, enquanto os segundos colaboram com as atividades da Minga, podendo participar ativamente nas Assembleias Gerais, mas sem poder de decisão quanto à constituição dos corpos sociais.

2.2. Instrumentos de recolha de dados empíricos

Relativamente aos instrumentos de recolha de dados empíricos, aplicou-se:

- i) um inquérito por questionário ao universo dos sócios da Minga (sócios efetivos e sócios colaboradores), com um total de 23 questões - das quais 22 eram de resposta obrigatória, 8 de carácter aberto e 15 fechado com duas questões de escolha múltipla -, com o objetivo de fazer a sua caracterização sociodemográfica (16 questões), e de perceber a relação destes com a organização (5 questões), servindo ainda para fazer uma pré-seleção dos indivíduos a entrevistar (2 questões). De salientar que dos 88 questionários enviados (a um universo de 97 sócios) apenas se obteve 38 respostas, das quais 34 válidas, o que correspondeu a 35,05% do total de sócios, pelo que não possibilitou a classificação da amostra como representativa;
- ii) 9 entrevistas semiestruturadas, (3 aplicadas aos sócios efetivos e 6 aos sócios colaboradores), cujo guião foi organizado em 15 questões, com o objetivo de analisar a perceção dos sócios quanto ao papel da Minga no território, para a construção de um desenvolvimento local sustentável.

Estes instrumentos foram aplicados entre julho e setembro de 2019.

2.3. Métodos de análise de dados empíricos

Para a análise e interpretação dos dados recolhidos, usou-se a estatística descritiva, no que respeita ao inquérito por questionário, e a análise de conteúdo categorial, no que se refere às entrevistas.

A estatística descritiva, que teve como pretensão verificar o que é mais típico em cada um dos subgrupos (SE e SC) em análise e no grupo de sócios respondentes, foi feita com recurso à frequência

absoluta e relativa para cada uma das questões e nessas para cada subgrupo e totalidade dos respondentes do questionário.

Para a análise de conteúdo foram estabelecidas 8 dimensões ou categorias, cada qual correspondeu a um conjunto de indicadores, que procurou dar resposta aos objetivos empíricos deste trabalho (Tabela 1).

Tabela 1 – Operacionalização das variáveis para análise de conteúdo das entrevistas

Conceitos	Objetivos específicos	Dimensões	Indicadores
Inovação social (Variável independente)	1. Analisar a resolução/minimização dos problemas e satisfação de necessidades por ação direta e/ou indireta da organização em estudo;	1. Resolução de problemas e satisfação de necessidades	1.1. Identificação de problemas e necessidades
			1.2. Resolução dos problemas e satisfação de necessidades
			1.3. Constrangimentos na resolução de problemas e necessidades
	2. Analisar a promoção da participação, cooperação e capacitação, por ação direta e/ou indireta da organização em estudo;	2. Participação	2.1. Participação nas atividades da Minga
			2.2. Participação nas tomadas de decisão
		3. Cooperação	3.1. Gestão de conflitos
			3.2. Relações de confiança e reciprocidade
			3.3. Soluções geradas pela discussão coletiva
		4. Capacitação	4.1. Capacidade de (re)unir esforços para ultrapassar problemas (mobilização)
		3. Perceber se os processos de participação, cooperação e capacitação implementados, por ação direta e/ou indireta da organização, contribuem para a criação/alteração das relações sociais;	5. Criação / transformação relações sociais
	5.2. Interação entre a comunidade montemorense e a comunidade Minga		
	5.3. Articulação entre a Minga e outros organismos locais		

Conceitos	Objetivos específicos	Dimensões	Indicadores
Desenvolvimento local sustentável (Variável dependente)	4. Perceber em que medida a organização contribui, ou não, para o desenvolvimento sustentável do território em termos sociais, ambientais e económicos.	6. Sustentabilidade social	6.1. Estabelecimento de redes sociais
		7. Sustentabilidade económica	7.1. Mobilização/acesso a recursos
			7.2. Valorização de recursos endógenos
		8. Sustentabilidade Ambiental	8.1. Mudanças nos padrões cognitivos
8.2. Mudanças nos padrões comportamentais			

Fonte: Elaboração própria.

3. Resultados

3.1. Inquérito por questionário

Os resultados dos questionários aplicados permitiram concluir que os sócios respondentes se caracterizam por: i) serem novos residentes (ou seja, na sua maioria não são naturais do concelho de Montemor -o-Novo (MoN) e mais de metade residir nesse território há menos de 10 anos); ii) terem nacionalidade portuguesa, habilitações literárias de nível superior e exercem profissões liberais; iii) apresentarem mobilidade profissional (cerca de um terço desempenha atividade laboral numa área diferente da sua formação, mas também evidenciam características de trabalho precário); iv) exercerem uma atividade secundária (com retribuição monetária ou de bens e/ou serviços); serem pessoas proactivas e colaborativas. Quanto à relação dos sócios com a Minga, percebeu-se que mais de metade tem as suas atividades principal e secundária relacionadas, de alguma forma, com a Cooperativa.

Embora não se tenham verificado diferenças significativas entre os SE e os SC, pode-se destacar que os primeiros são mais jovens, têm habilitações literárias mais elevadas e, no entanto, trabalhos mais precários, dado que trabalham mais em tempo parcial do que os segundos; concluiu-se também que no subgrupo dos SE não existem pessoas naturais do concelho de Montemor (estes, na sua maioria, são naturais da Área Metropolitana de Lisboa e residem

no concelho há menos de 5 anos), por oposição aos SC, dos quais um terço é natural do concelho de MoN e mais de metade reside aí há mais de 10 anos.

3.2. Entrevistas

Os dados obtidos a partir das entrevistas indicam que os sócios respondentes percecionam que a Minga possibilitou:

- (i) resolver algumas situações de precariedade laboral (o que é demonstrado, por exemplo, pela contratação de 10 pessoas) e minimizar outras, ao viabilizar um rendimento extraordinário, contribuindo assim para o aumento do poder económico dos sócios;
- (ii) aumentar a transparência financeira, ao trazer para a economia real situações alojadas na economia paralela;
- (iii) apoiar a versatilidade laboral e o empreendedorismo local, ao oferecer um espaço de experimentação ao desenvolvimento e comercialização de produtos;
- (iv) promover os produtores e produtos locais, defendendo práticas de produção ecologicamente responsáveis e socialmente justas;
- (v) criar um espaço de debate e reflexão na comunidade em torno de modelos de produção e consumo voltados para a sustentabilidade ambiental, social e económica; e

- (vi) enriquecer o tecido social, pela promoção da sociabilização e contributo para uma maior atratividade e dinamização territorial.

Contudo, os resultados até então conseguidos pela Minga, no âmbito da secção de habitação e construção e da secção agrícola revelaram-se pouco consistentes. Verificou-se que os relatos dos SC vinculados à secção agrícola são coerentes quanto à insuficiente capacidade de escoamento da produção, por parte da organização, enquanto os relatos de dois dos SE entrevistados apontam que o problema se coloca na baixa produção, parecendo existir assim pouco diálogo entre as partes para uma melhor organização e gestão desta secção. Como resultado, muitos produtores optam por não produzir, face à incerteza de escoamento, e a direção da Minga opta por obter os produtos necessários fora do concelho, mantendo-se assim o problema dos pequenos produtores agrícolas no território. Desta forma, percebeu-se que os constrangimentos identificados na secção agrícola se relacionam sobretudo com as fragilidades da Minga no planeamento e coordenação da secção, e com um baixo nível de responsabilização e empatia pelos problemas dos pequenos produtores agrícolas. Assim, aumentam os níveis de desconfiança destes produtores em relação às mais-valias da organização coletiva, provocando o seu afastamento e não participação ou cooperação na resolução dos problemas comuns.

De facto, parece existir uma tendência para diferentes perceções entre SE e SC no que respeita aos processos de participação e colaboração promovidos pela Minga: os primeiros demonstram um entendimento e vivências positivas e os segundos negativos. Isto é ilustrado, por exemplo, nas tomadas de decisão, em que os SE referem tratar-se de um processo democrático e partilhado entre todos, enquanto que os SC parecem sentir que não têm uma participação ativa, existindo, inclusive, a perceção de que são desvalorizados. Uns e outros revelam também diferentes níveis de confiança no grupo e na organização. Os SE verbalizam acreditar na capacidade de cada um e na união de grupo através da partilha de princípios, o que permite gerir projetos com autonomia e distribuir tarefas com base no

voluntariado, alimentando assim relações de entreajuda, solidariedade e reciprocidade, com efeitos positivos no trabalho individual e coletivo. Os SC, por seu turno, mostram um elevado nível de desconfiança no setor cooperativo, na Minga e mesmo entre pares, os quais são exacerbados pelas experiências negativas na secção agrícola. Por conseguinte, a Minga parece só conseguir aumentar a capacitação dos sócios que perspetivam a integração na cooperativa como positiva e que conseguem extrair dela resultados concretos, fazendo uso das ferramentas que disponibiliza, não só de um ponto de vista prático e burocrático, mas também relacional.

No entanto, percebe-se também que a participação dos SC pode ser fortalecida através de uma coordenação que se revele mais responsável, empática e democrática de modo a inverter a desconfiança e o afastamento desses sócios, trazendo-os para o espaço de discussão coletiva. Assim, estes passariam a sentir que representam contributos válidos para a resolução de problemas comuns, fomentando também o seu sentido de compromisso. Da mesma forma, observa-se que existe potencial para estimular a participação da comunidade montemorense nas dinâmicas da Minga por meio de modelos de comunicação diferenciados e focalizados e da dinamização de atividades em espaços públicos, que sejam frequentados pela generalidade dos cidadãos do concelho, fomentando a interação entre novos residentes e montemorenses, com vista a diminuir os níveis de desconfiança.

Logo, entende-se que a Minga poderia ter um maior impacto na criação/transformação das relações sociais na comunidade local, embora as características associadas ao núcleo de pessoas que constituem a cooperativa provoque naturalmente novas dinâmicas territoriais, tal como o seu modelo organizacional, pois enquanto cooperativa integral veio estimular a conexão entre pessoas, projetos e entidades que anteriormente não tinham um espaço de convergência. Por conseguinte, a cooperativa veio reforçar, diversificar e complementar o ecossistema de MoN, contribuindo também para a atratividade e dinamização territorial.

Constata-se, pois, que a Minga possibilitou o enriquecimento do tecido social, tanto pela constituição de redes de proximidade como de larga distância. As primeiras entrelaçadas pela possibilidade de satisfazer necessidades/resolver problemas, sejam estes de origem material ou relacional/social, enquanto as redes de larga distância são fomentadas pela projeção da Minga, e logo do território, através de mecanismos de comunicação social e das atividades em que participa/organiza. Mas ambas são fundamentadas pela partilha de princípios e valores, e podem ser exponenciadas através dos fluxos que se criam entre umas e outras, o que potencia o contacto entre diferentes pessoas e realidades, e logo a troca de saberes e a aprendizagem coletiva, gerando resultados concretos. Um destes exemplos é a replicação do modelo organizacional da Minga noutros pontos do país, contribuindo para que a comunidade montemorense se torne mais aberta face ao que é diferente e/ou desconhecido.

Percebeu-se ainda que a Minga estimula a economia local montemorense através da promoção do autoemprego e da valorização dos recursos endógenos, tanto materiais, humanos como culturais, promovendo assim o consumo local e projeção de MoN, face à divulgação que é feita em feiras e noutros contextos similares. Por esta via, e face aos princípios e atividades que promove, a Minga facilita também a mudança de comportamentos para um estilo de vida mais sustentável e reforça a consciência crítica quanto à necessidade de adotar atitudes mais responsáveis do ponto de vista social e ambiental, o que não significa que consiga alterar padrões cognitivos nessa direção, pois aqueles que se aproximam da cooperativa, por norma, já estão sensibilizados para essa realidade.

Assim, pelo aqui explanado, compreende-se que a Minga contribui para o DLS de MoN, de um ponto de vista social, económico e ambiental. Além disso, embora o seu impacte seja baixo e focalizado, já que abrange sobretudo grupos específicos, é também percecionado como positivo e transformador, existindo a crença generalizada de que a Minga tem potencial para aumentar o seu contributo através de um maior envolvimento comunitário.

4. Discussão

De modo geral, observou-se que a Minga permitiu melhorar as condições de vida de alguns indivíduos, criou/reforçou redes de sociabilidade, apoiou o empreendedorismo local, reduziu a economia paralela, fomentou práticas de produção e consumo sustentáveis, e promoveu a valorização dos produtos endógenos, sejam estes materiais, humanos ou culturais, contribuindo assim para uma maior sustentabilidade social e económica de MoN. Por conseguinte, esses estímulos, em conjunto com os espaços de debate e atividades de reflexão que desenvolve, reforçam a consciência socioterritorial e ambiental das pessoas que se aproximam da organização e facilitam a alteração de padrões comportamentais em prol de um estilo de vida mais responsável do ponto de vista social e ecológico, coadjuvados pela disponibilização de um espaço que idealmente oferece produtos locais, sazonais e produzidos de forma mais sustentável, favorecendo por sua vez a sustentabilidade ambiental.

Ainda que a criação e transformação de relações sociais seja limitada pelo baixo envolvimento verificado entre os novos residentes e a comunidade montemorense, compreende-se que a Minga estimula novas relações sociais, pois o seu espaço é aberto a toda a população local, o que possibilita que pessoas com diferentes características, conhecimentos e experiências interajam, potenciando assim o surgimento de novas ideias e iniciativas. Ao nível das redes de proximidade é também importante referir que a influência da Minga não se restringe aos sócios na sua individualidade mas também ao seu potencial para interligar as organizações locais, dado que a cooperativa é atualmente reconhecida como parte integrante do ecossistema em MoN, onde tem um papel diferenciado pelo seu modelo de funcionamento, que permite uma flexibilidade intersectorial capaz de estimular a articulação entre organismos que operam em diferentes áreas, favorecendo a criação de novas respostas que estimulem a identidade socioterritorial e a capacitação grupal.

Por outro lado, a ação socialmente inovadora da Minga, enquanto cooperativa integral e multisectorial voltada para os princípios da economia solidária, decrescimento e sustentabilidade, conduz a uma projeção nacional e mesmo internacional da cooperativa, e logo do território. Ora, isto contribui para a atratividade territorial e para o estabelecimento de redes de grande distância em diversos pontos do país, pela, e para a, partilha de reflexões e experiências, o que levou à replicação do modelo de funcionamento da Minga. Demonstra-se assim que a IS leva à criação e transformação de relações sociais, mas que estas também são promotoras de IS.

Face ao explanado, considera-se que a IS, a partir de organizações da sociedade civil, promove o DLS de territórios de baixa densidade, dado que contribui para a dinamização, projeção e atratividade territorial, o que é vital em contextos marcados pelo progressivo despovoamento, com todas as perdas que isso significa.

Contudo, embora seja considerado que a Minga tem um impacto positivo e transformador, este é também entendido como baixo e focalizado, pois a criação/transformação das relações sociais e a capacitação dos indivíduos é limitada a grupos específicos. A participação na organização tem diferentes níveis de intensidade que decorrem de fatores internos e externos à Cooperativa, reduzindo assim a interação entre indivíduos com diferentes experiências e conhecimentos e logo a possibilidade de novas aprendizagens, neste caso entre novos residentes e montemorenses.

Não obstante, os fluxos gerados pelas redes de sociabilidade têm potencial para provocar efeitos secundários na comunidade, pela diversidade que empregam ao território, seja pela mobilidade de pessoas, seja pelas novas formas de produção e consumo.

Considerações finais

A revisão bibliográfica sobre os conceitos fundamentais neste estudo permitiu estabelecer dimensões de análise que facilmente podem relacionar a inovação social com o desenvolvimento local sustentável, nomeadamente: i) resolução/minimização de problemas e satisfação/minimização de necessidades; ii) participação; iii) cooperação; iv) capacitação; v) criação/transformação das relações sociais; v) e sustentabilidade social, económica e ambiental.

Estas dimensões foram posteriormente testadas no estudo de caso, o que permitiu compreender que a IS, sobretudo na perspetiva da abordagem territorial, pode ser considerada uma ferramenta para alcançar o DLS, por agir no sentido de resolver problemas e/ou necessidades locais, de forma efetiva e criativa, com a finalidade de alcançar um maior bem-estar coletivo e uma maior resiliência territorial através de processos participativos, colaborativos e emancipatórios protagonizados pela sociedade civil e fazendo uso dos recursos endógenos, pressupostos em que assenta também o DLS.

No entanto, os resultados obtidos no estudo de caso indicam que o impacto da Cooperativa é demasiado focalizado, o que está relacionado com a baixa participação e envolvimento dos sócios colaboradores e da população local. Assim, entende-se que estudos futuros sobre o alargamento desse impacto seriam úteis para perceber de que forma as iniciativas de inovação social podem potenciar a sua ação nos territórios de baixa densidade. Através deste estudo percebeu-se que a promoção da interação é uma pista consistente para seguir esse caminho, dado que se constatou que os níveis de desconfiança de uma comunidade mais conservadora podem ser amenizados através de atitudes empáticas que valorizem os espaços desintegrados e as pessoas tradicionalmente arredadas de processos decisórios e de um maior contacto com a diferença e com o desconhecido, aumentando assim a plasticidade e tolerância de indivíduos/grupos e os níveis de participação e colaboração, os quais devem ser estimulados primeiramente em espaços comunitários, ou seja, familiares e comuns à generalidade da população a quem é dirigida a mensagem; sem essa

interação, as IIS correm o risco de ficar confinadas a “nichos”, o que limita a sua ação/projeção na comunidade.

Um outro tema que também carece de maior debate são os fatores que se encontram a montante das IIS, dado que estas parecem surgir não só da necessidade de resolver problemas ou minimizar necessidades, mas também dos fatores de contexto favoráveis à sua implementação. A questão que se coloca, e que no nosso entender merece ser explorada futuramente, é como chegar a estes fatores favoráveis em territórios de baixa densidade, em crescente despovoamento e sucessivas perdas económicas e sociais, tal como os resultados que advêm da capacidade de fixação / atração de pessoas com elevadas qualificações, serviços qualificados e outros recursos materiais e financeiros.

Referências bibliográficas

- Agostini, M. R., Vieira, L. M., Tondolo, R.R.P., & Tondolo, V.A.G. (2017). Uma visão geral sobre a pesquisa em inovação social: guia para estudos futuros. *Brazilian Business Review*, 14(4), 385-402. <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2017.14.4.2>.
- Andion, C. (2003). Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. *Revista de Administração Pública*, 37(5), 1033-1054. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6512>
- Andion, C., Ranconi, L., Morales, R. L., Gonsalves, A. K. R., & Serafim, L. B. D. (2017). Sociedade Civil na esfera pública: uma perspetiva pragmatista. *Revista de Administração Pública*, 51(3), 369-387. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rp/article/view/65594/63368>
- André, I. & Abreu, A. (2006). Dimensões e espaços da inovação social. *Finisterra*, XLI(81), 121-141. <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1465>
- André, I., Henriques, E. B., & Malheiros, J. (2009). Inclusive places, arts and socially creative milieux. In D, MacCallum, F. Moulaert, J. Hillier, & S. V. Haddock (Eds), *Social innovation and territorial development* (pp. 149-164). Inglaterra e E.U.A.: Ashgate Publishing Limited
- Bignetti, L. P. (2011). As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, 47(1), 3-14. http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/1040
- Bittencourt, B. L. (2014). *Políticas de Desenvolvimento Sustentável e o Terceiro Setor: Estudo de Caso na Região de Aveiro*. Tese de Doutoramento. Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal
- Bittencourt, B. L. & Ranconi, L. F. (2016). Políticas de inovação social e desenvolvimento: o caso da Bolsa de Terras. *Revista de Administração Pública*, 50(5), 795-818. <http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n5/0034-7612-rap-50-05-00795.pdf>
- Bodnar, Z., Freitas, V. P., & Silva, K. C. (2016). A epistemologia interdisciplinar da sustentabilidade: por uma ecologia integral para a sustentação da casa comum. *Revista Brasileira de Direito*, 12(2), 59-70. <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1558>
- Buarque, S.C. (1999). *Metodologia de planeamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA. Brasília
- Cechin, A. (2012). Georgescu-roegen e o desenvolvimento sustentável: diálogo ou anátema?. In Léna, P. e Nascimento, E. P. (Eds), *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Institut de recherche pour le développement. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda
- Coimbra Ribeiro, A., Andion, C., & Burigo, F. (2015). Ação coletiva e coprodução para o desenvolvimento rural: um estudo de caso do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense. *Revista de Administração Pública*, 49(1), 119-140. <http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n1/0034-7612-rap-49-01-00119.pdf>
- Ferrarini, A. V. (2012). Desenvolvimento local integrado e sustentável: uma metodologia para políticas e programas de superação da pobreza. *INTERAÇÕES*, 13(2), 233-241.

<https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/319>

Klein, J., Fontan, J., & Tremblay, D. (1998). Acción colectiva y activación del capital socio-territorial como reacción a la globalización: El caso de Montréal. *Economía, Sociedad y Territorio*. 1(4), 639-669. <https://doi.org/10.22136/est001998535>

Klein, J., Fontan, J., Harrison, D., & Lévesque, B. (2012). The Quebec system of social innovation. A focused analysis on the local development field. *Finisterra*. XLVII (94), 9-28. https://www.researchgate.net/publication/290738089_The_quebec_system_of_social_innovation_A_focused_analysis_on_the_local_development_field

Mendes, J. M. G. (2009). Dimensões da sustentabilidade. *Revista das Faculdades Santa Cruz*. 7(2), 49-59. https://www.academia.edu/32772238/DIMENS%C3%A9ES_DA_SUSTENTABILIDADE

Monteiro, A. (2019). O que é a inovação social? Maleabilidade conceitual e implicações práticas. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 62(3), 1-34. <https://doi.org/10.1590/001152582019187>

Moulaert, F. (2009). Social Innovation: Institutionally Embedded, Territorially (Re)Produced. In D. MacCallum, F. Moulaert, J. Hillier, & S. V. Haddock (Eds.), *Social Innovation and Territorial Development* (pp. 11-23). https://www.researchgate.net/publication/44960912_Social_Innovation_and_Territorial_Development

Moulaert, F., MacCallum, D., & Hillier, J. (2013). Social innovation: intuition, precept, concept, theory and practice. In F. Moulaert, D. MacCallum, A. Mehmood, & A. Hamdouch (Eds.), *The international handbook on social innovation* (pp. 13-24). https://www.researchgate.net/publication/293183563_Social_innovation_Intuition_precept_concept_theory_and_practice

Moulaert, F., Mehmood, A., MacCallum, D., & Leubolt, B. (2017). *Social Innovation as a trigger for transformations*. Comissão Europeia. https://ec.europa.eu/research/social-sciences/pdf/policy_reviews/social_innovation_trigger_for_transformations.pdf

Nascimento, E. P. (2012). Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional. In P., Léna, P. & E. P., Nascimento (Eds.), *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*, 415-433. Rio de Janeiro: Garamond Ltda. <https://docplayer.com.br/7729719-Sustentabilidade-o-campo-de-disputa-de-nosso-futuro-civilizacional-1.html>

Santos, M. J. & Florbeloni, J. V. (2015). Economia social e inovação social no contexto do desenvolvimento: o estudo de caso do projeto Remix. In M.M., Serrano, & P., Urze, P. (Eds.), *Inovação, organização e trabalho – Estudos de Caso*. (1.ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo Lda.

Schmitt, V.G.H. & Neto, L.M. (2011). Associativismo, comércio justo e o desenvolvimento territorial sustentável: a experiência da toca tapetes. *REG-Revista de Gestão*. 18(3), 323-338. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1809227616303800>

Weber, M. (1972). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, 1º Vol. (5.ª ed). (R. Barbosa e K. E. Barbosa, Trad.). Editora Universidade de Brasília. <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligiosos/pages/arquivos/Sociologia%20I/Weber%252c%20M%20cap%201%20Conceitos%20Sociol%3%B3gicos%20fundamentais%20-%20Economia%20e%20Sociedade.pdf>

Notas:

[1] Dado que este trabalho se vincula à abordagem da literatura francófona sobre IS, de que Frank Moulaert é uma figura de relevo, opta-se por utilizar os termos deste autor, i.e. abordagem tecno-prática e abordagem territorial ou do desenvolvimento territorial.

[2] Este trabalho resulta da dissertação de mestrado intitulada “Inovação social e desenvolvimento local sustentável: estudo de caso de uma cooperativa multisectorial” realizada por Andreia Caeiro, no âmbito do curso de Mestrado em Políticas Públicas e Projetos, na Universidade de Évora (2020). O documento integral pode ser obtido no seguinte endereço: <http://hdl.handle.net/10174/28694>

[3] A autora Conceição Rego agradece o apoio financeiro da FCT através do projeto UIBD/04007/2020.

